

Cadernos d'inducar

SOBRE EDUCAÇÃO
NÃO FORMAL

rede
inducar



“No futuro, devido ao ritmo e dinâmica dos processos sociais, a formação dos indivíduos tem de se assumir como processos de construção, cuja prossecução ultrapassa, necessariamente, os limites dos sistemas formais de ensino”.

Não é frequente em Portugal o (re)conhecimento e operacionalização do conceito de Educação Não-Formal. No entanto, ele tem estado no centro de variados debates sobre questões educativas um pouco por todo o mundo e em particular no seio do Conselho da Europa e da União Europeia.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa adoptava, em 2000, a recomendação 1437 sobre Educação Não-Formal, “incitando todos aqueles que dão forma às políticas educativas a tomar conhecimento da educação não-formal como parte essencial do processo educativo...” e “interpelando os governos e outras autoridades competentes dos Estados-Membros a reconhecer a educação não-formal como um parceiro de facto no processo de aprendizagem ao longo da vida...”.

Em 2003, o Comité de Ministros do Conselho da Europa “recomenda aos Estados pertencentes à Convenção Cultural Europeia:

- a. a reafirmar que a educação/aprendizagem não-formal constitui hoje em dia uma dimensão fundamental do processo de aprendizagem ao longo da vida e, por isso, trabalhar para o desenvolvimento de padrões de reconhecimento efectivo da educação/aprendizagem não-formal como parte essencial da educação em geral e da formação vocacional em particular e, neste sentido, para:
 - a qualificação dos profissionais e voluntários encarregados das ofertas de educação/aprendizagem não-formal,
 - a qualidade da aprendizagem proporcionada, propriamente dita,
 - a monitorização do progresso na aprendizagem feito pelos participantes em programas de educação/aprendizagem não-formal, tanto individualmente, como integrados num grupo mais alargado.”

Esta mesma orientação tem sido partilhada, com as devidas adaptações de natureza política, pela Comissão Europeia, que reconhece, já em 2004, que “no contexto do princípio da aprendizagem ao longo da vida, a identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal têm por finalidade tornar visível e valorizar todo o leque de conhecimento e competências detidos por uma pessoa, independentemente do local ou da forma como foram adquiridos. A identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal têm lugar dentro e fora do ensino e

1 (Teixeira e Fontes, 1996, cit in Cavaco, 2002)

formação formais, no local de trabalho e na sociedade civil”. (COM(2004), 9600/04, p.2)

Não sendo uma preocupação do domínio exclusivamente europeu, o entendimento da aprendizagem ao longo da vida como um processo alargado a vários contextos da vida da pessoa é também sublinhado pela UNESCO: “Experiência vivida no quotidiano, e assinalada por momentos de intenso esforço de compreensão de dados e de factos complexos, a educação durante toda a vida é o produto de uma dialéctica com várias dimensões. Se, por um lado, implica a repetição ou a imitação de gestos e de práticas, por outro é, também um processo de apropriação singular e de criação pessoal. Junta o conhecimento não-formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências. Implica esforço, mas traz também a alegria da descoberta. Experiência singular de cada pessoa ela é, também, a mais complexa das relações sociais, posto que se inscreve, ao mesmo tempo, no campo cultural, no laboral e no da cidadania” (UNESCO, 1996 p.92).

Em Portugal, podemos identificar um número infindável de práticas educativas associadas à educação não-formal. São maioritariamente levadas a cabo por organizações da sociedade civil e assumem as mais diversas formas, desde seminários de formação a workshops temáticos ou trabalhos/visitas de campo. Apesar desta prática existente, o conceito de educação não-formal propriamente dito é raramente utilizado e essas mesmas práticas quase nunca reconhecidas enquanto tal.

Por seu lado, tanto no discurso político como na produção científica/académica, o termo “educação não-formal” parece ser raramente utilizado, sendo no entanto frequentes, temáticas adjacentes como a educação de adultos, educação ao longo da vida, educação permanente, educação comunitária, etc.

Porquê? A que se deve esta aparente ausência do conceito educação não- formal em Portugal? Será pouco relevante no nosso contexto social, político e educativo actual? Será simplesmente desconhecido? São estas e outras questões a elas associadas que vamos tentando abordar no trabalho da **Inducar**.

O QUE É A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL?

Não conhecemos hoje em dia uma definição única ou consensual de “educação não-formal” (ou de “aprendizagem não-formal”). Estes termos são ainda objecto de interpretações diferentes de acordo com as diferentes culturas, tradições nacionais ou contextos político-educativos de cada país ou região.